

ENTRE GRADES, LARES E RUAS: A PEDAGOGIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Between Bars, Homes and Streets: Social Pedagogy in the Construction of Citizenship

Entre bares, casas y calles: la pedagogía social en la construcción de la ciudadanía

Ana Carolina Cruz Cardoso 

Kelly Almeida de Oliveira 

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira 

RESUMO

A Pedagogia Social, aliada a educação integrativa, promove a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, oferecendo metodologias para a aprendizagem em espaços não escolares. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, analisa as contribuições da Pedagogia Social nesses ambientes, evidenciando seu caráter libertador e o papel do/a pedagogo/a na formação cidadã. A investigação baseia-se em revisão bibliográfica e dados coletados por questionários desenvolvidos em espaços como a Unidade Prisional, a Casa de Idosos São Pio e a PLAN Internacional em Codó/MA. Os resultados indicam que a Pedagogia Social fortalece a democratização da educação, ampliando as possibilidades de atuação pedagógica, enfrentando os desafios estruturais nesses contextos e reforçando a importância da educação além dos muros escolares.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Educação Integrativa; Inclusão Educacional; Espaços Não Escolares.

ABSTRACT

Social Pedagogy, combined with integrative education, promotes the inclusion of people in vulnerable situations by offering learning methodologies in non-school settings. This qualitative

research analyzes the contributions of Social Pedagogy in these settings, highlighting its liberating nature and the role of educators in civic development. The research is based on a literature review and data collected through questionnaires conducted in settings such as the Prison Unit, the São Pio Elderly Home, and PLAN Internacional in Codó, Maranhão. The results indicate that Social Pedagogy strengthens the democratization of education, expanding the possibilities for pedagogical action, addressing structural challenges in these contexts, and reinforcing the importance of education beyond the school walls.

Keywords: Social Pedagogy; Integrative Education; Educational Inclusion; Non-School Spaces.

RESUMEN

La Pedagogía Social, combinada con la educación integradora, promueve la inclusión de personas en situación de vulnerabilidad al ofrecer metodologías de aprendizaje en entornos extraescolares. Esta investigación cualitativa analiza las contribuciones de la Pedagogía Social en estos entornos, destacando su carácter liberador y el papel de los educadores en el desarrollo cívico. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y datos recopilados mediante cuestionarios aplicados en entornos como la Unidad Penitenciaria, el Hogar de Ancianos São Pio y PLAN Internacional en Codó, Maranhão. Los resultados indican que la Pedagogía Social fortalece la democratización de la educación, ampliando las posibilidades de acción pedagógica, abordando desafíos estructurales en estos contextos y reforzando la importancia de la educación más allá de los muros escolares.

Palabras clave: Pedagogía Social; Educación Integradora; Inclusión Educativa; Espacios No Escolares.

Abrindo Caminhos: Desvendando a Pedagogia Social

A Pedagogia Social é uma área de educação que combina teoria e prática, com foco na socialização e no desenvolvimento humano em diferentes contextos, sejam eles normativos ou em situações de vulnerabilidade e exclusão social. Seu campo de atuação ultrapassa os limites da escola tradicional, abordando aspectos educativos dentro do trabalho social e da reintegração de pessoas à sociedade. De acordo com Díaz (2006), a Pedagogia Social pode ser compreendida tanto como uma ciência externa para a educação de grupos e indivíduos quanto como uma abordagem educativa aplicada ao atendimento de necessidades sociais, especialmente no enfrentamento da inadaptação social.

Para Pereira (2011), essa área se consolida como uma ramificação da Pedagogia, exercida por profissionais que atuam em espaços não escolares, ampliando suas práticas e experiências para além das salas de aula. Ainda que o processo educativo nesses espaços não se restrinja ao modelo tradicional de ensino, as pessoas continuam sendo os/as estudantes, compreendidos/as aqui em um sentido ampliado, incluindo pessoas em diversas fases da vida e condições sociais.

Smith; Whyte (2008) indicam que a Pedagogia Social, interligada à Educação Social, oferece um arcabouço conceitual integrador para o desenvolvimento de modelos práticos que buscam o bem-estar social por meio de estratégias socioeducativas. Dessa forma, essa abordagem não se limita apenas à transmissão de conhecimento, mas também busca criar condições que favoreçam o crescimento pleno das pessoas e das comunidades, promovendo a inclusão e a equidade social.

Ao discutirmos educação e exclusão social, a grande questão que se impõe é: como a prática educativa pode ocorrer fora do ambiente escolar? (Caliman, 2011). A educação pode ser promovida em diversos espaços, como associações, clubes e organizações comunitárias, que muitas vezes desempenham um papel essencial no apoio a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas oferecem oportunidades de aprendizado e representam redes de apoio fundamentais para que essas pessoas superem desafios sociais e econômicos.

A Pedagogia Social se efetiva como um campo de atuação indispensável para pedagogos/as que trabalham em espaços não escolares, por proporcionar a elaboração de alternativas educacionais que atendam às necessidades de diferentes públicos e promovam a justiça social por meio da educação.

Com base nisso, compreendemos que a Pedagogia Social aliada à Educação Social, visa incluir minorias que estão deslocadas e impossibilitadas de adentrar em uma escola formal, se tornando indispensáveis na vida de quem almeja aprender e ser um cidadão ativo politicamente e socialmente engajado.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, a educação não se restringe somente à ambientes educacionais formais como instituições escolares. O art.1º enfatiza que "a educação abrange

processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais” (Brasil, 1996). Assim, a educação em espaços não escolares também é válida, pois busca realizar um trabalho articulado às práticas sociais, reparando lacunas deixadas pelo estado referente às demandas educacionais e sociais da população.

Diante do exposto, o estudo desenvolvido tem como questão de pesquisa: que contribuições a Pedagogia Social tem proporcionado aos ambientes não escolares em Codó/MA? E como objetivo geral, pretendemos analisar as contribuições da Pedagogia Social em ambientes não escolares em Codó/MA. Este artigo é um recorte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A Pedagogia Social em espaços não escolares e a luta pela democratização da educação” defendido pela autora, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Para garantir a objetividade e a fluidez do texto, este artigo foi estruturado de maneira a proporcionar uma leitura coesa e progressiva. Iniciamos com esta introdução, na qual apresentamos uma visão geral da pesquisa, contextualizando o tema e o objetivo do estudo. Em seguida, detalhamos a metodologia adotada, explicando os procedimentos e as ferramentas utilizadas na coleta e análise dos dados. Na terceira seção, abordamos uma breve contextualização da Pedagogia Social, a respeito de sua emergência e importância. Posteriormente, discutimos as contribuições dessa abordagem para o cenário educacional contemporâneo, evidenciando suas implicações e benefícios. A seção intitulada “Desvendando Vozes: Análises das Respostas e Perspectivas da Pedagogia Social” apresenta as respostas obtidas dos/as colaboradores/as da pesquisa, oferecendo uma análise crítica e reflexiva sobre suas percepções e experiências. Por fim, encerramos o artigo com as considerações finais, nas quais sintetizamos os principais achados da pesquisa e destacamos suas implicações para a prática pedagógica e para a construção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Considerações metodológicas

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem de cunho qualitativo, seguindo uma linha descritiva e interpretativa, com o intuito de traçar uma discussão sobre as contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2009, p.21) sinaliza que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A partir da definição da autora, percebe-se então que, a pesquisa qualitativa surge por meio de um problema ou questionamento devido a realidade social. Por meio disso, é necessário estabelecer os objetivos que queremos alcançar a partir da questão de pesquisa e depois definir quais serão os instrumentos para a construção dos dados.

Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica para a ampliação do referencial teórico ligado à Pedagogia Social e suas contribuições para a sociedade contemporânea. Sobre esta etapa da pesquisa, Fonseca (2002, p. 32) afirma que:

É realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

O autor destaca que a pesquisa bibliográfica é o levantamento e revisão de obras publicadas sobre temas que orientam o trabalho científico e é uma etapa fundamental da pesquisa, pois é a partir da leitura das obras selecionadas que será possível fundamentar o trabalho. Ademais, para a fundamentação desta pesquisa, foram utilizados os estudos filosóficos e científicos dos seguintes

expoentes: Caliman (2009); Freire (1996); Libâneo (2001); Scheibe (2007) e outros/as.

O estudo também contemplou uma etapa de campo, utilizando a abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa. Segundo Gonçalves (2001), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar as informações *in loco*, ou seja, ela requer um contato direto com a fonte. Nesse caso, o/a investigador/a precisa ir até o espaço onde o fenômeno ocorre.

Assim, a etapa de campo foi realizada com um pedagogo e duas pedagogas que trabalham nos seguintes setores públicos de Codó/MA: Sistema Prisional de Ressocialização (UPR), Casa de Idosos São Pio e a Organização Não Governamental (ONG) PLAN Internacional. Para a obtenção dos dados, foram realizadas observações e utilizado um questionário com perguntas voltadas especificamente para as/os professoras/es de cada ambiente social citado, com o intuito de investigar as contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares e a relevância de haver pedagogas/os atuando nesses espaços. Conforme salienta Gil (2008, p.121), o questionário é:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.

Assim, o questionário foi viável para conseguir os resultados da pesquisa. Essa técnica de investigação contribuiu para a obtenção dos dados e a consolidação dos resultados planejados. Foi através dele que pudemos concretizar informações de um determinado ambiente alvo da investigação.

Desse modo, as respostas foram coletadas a partir de um questionário contendo quatro perguntas. As perguntas eram fechadas e sem alternativas. As perguntas contidas nos questionários eram as mesmas para todos/as os/as pedagogos/as e possuíam uma linguagem clara e objetiva para facilitar a compreensão dos/as participantes.

Tanto a elaboração dos questionários, como as respostas obtidas e a observação participante, foram momentos em que foi possível acompanhar e observar a rotina de trabalho e a ambientação dos lugares que duraram em

média 40 minutos, em cada local escolhido. Os dados construídos foram interpretados e dispostos de forma descritiva.

Pedagogia Social: uma breve contextualização

A Pedagogia Social teve sua gênese na Europa, mais especificamente na Alemanha, por volta do século XIX e tinha como propósito contrapor-se à educação escolar formal, considerada, na época, como elitista e que beneficiava os mais favorecidos (Barbosa *et al.*, 2020).

Cabanas (1997) descreve que os pesquisadores alemães atribuíram o surgimento da Pedagogia Social, enquanto prática, à Revolução Industrial, alegando que o processo de industrialização na sociedade provocou sérios problemas e que atingiu variados grupos humanos. Dentre os problemas, destacam-se: greves, imigrações e aglomerações urbanas que foram considerados fatores que causaram a desestruturação de vidas humanas. É a partir dessas problemáticas que a educação social se manifesta, trazendo um conforto aos mais prejudicados. Assim, o nascimento e consolidação da Pedagogia Social alemã corresponde à República de Weimar (1919 – 1933).

Nesse período, aconteceram movimentos pedagógicos que fortaleceram a ideia de uma Pedagogia Social (Cabanas, 1997). A existência de espaços educativos no campo, as escolas tecnicistas para preparar os jovens para o mercado de trabalho e as universidades públicas configuravam o cenário educacional dessa época. Sobre esse período, Machado (2015, p. 45) destaca:

No período da República de Weimar também surgiram ações de educação de adultos, por meio de uma experiência significativa, que Cabanas (1997) relata. Essa iniciativa foi a Academia do Trabalho, fundada por E. Rosenstock-Huessy em Frankfurt (1921), na qual se estabelecia um contato entre proletários e acadêmicos e utilizava-se um novo método, em que, a partir dos acontecimentos cotidianos, chegava-se à formulação de problemas científicos. Também foi propiciada a fundação de bibliotecas populares que estimularam a prática da leitura pelas comunidades.

É nesse episódio que Herman Nohl (1879 – 1960), considerado o pai da Pedagogia Social na Alemanha, entra em cena. Machado (2015) enfatiza que Nohl fundou a Universidade popular em Jena (uma cidade da Alemanha, localizada na Turíngia, sendo considerada a terceira maior cidade deste estado).

Devido ao cenário pós-guerra, ele se sentiu motivado a se debruçar ainda mais sobre a Pedagogia Social.

Por esse fato, Nohl desenvolveu um seminário em que discutiu os sérios problemas que alcançaram vários/as jovens, por meio de um trabalho interdisciplinar envolvendo a área jurídica, a psiquiatria e o trabalho social (Machado, 2015). Foi assim que ele formulou inicialmente a ideia e ação da Pedagogia Social, sendo o responsável por sua resolução e sua fundamentação teórica.

No Brasil, a Pedagogia Social surgiu da necessidade de proporcionar métodos educacionais para grupos minoritários e vulneráveis. Logo, é uma ciência voltada para a superação de conflitos sociais. Caliman (2009) conceitua a Pedagogia Social como uma ciência voltada para pessoas e grupos, com o intuito de promover a socialização, incorporando ao ensino novas metodologias às práticas das/os docentes, nos espaços não escolares, como ONGS, penitenciárias, centros de reabilitação, hospitais, etc; tornando-se extremamente necessário atender as demandas sociais da população menos favorecida e excluída de exercer seu direito intrínseco à educação nesses espaços. Nesse contexto, as atribuições da/o pedagoga/o no âmbito social, são urgentes, visto que o intuito principal deste trabalho é alcançar vidas, ressignificar mentes, fortalecer e emancipar pessoas.

(Re)pensando a Educação: A Contribuição da Pedagogia Social para a Equidade

A concepção de Pedagogia exclusivamente como uma área que se dedica à educação formal dentro das instituições escolares é uma visão limitada e reducionista. Essa perspectiva desconsidera a amplitude do trabalho pedagógico desenvolvido por profissionais comprometidos/as com a transformação social por meio da educação. A Pedagogia, enquanto campo de estudo, pode ser compreendida como um conjunto de estratégias e métodos voltados para a potencialização do aprendizado e do desenvolvimento humano, sendo, portanto, uma base fundamental da educação tanto em sua dimensão teórica quanto prática. Por isso, a Pedagogia não se restringe aos muros da escola.

Machado (2015) destaca que a Pedagogia Social sistematiza práticas educativas realizadas em espaços diversos, sem seguir necessariamente um currículo formal escolar. Essas práticas são apresentadas em instituições de acolhimento, hospitais, programas sociais e outras iniciativas que visam suprir as necessidades de pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesses contextos, a Pedagogia Social se torna um eixo estruturante, fornecendo métodos e recursos educativos adequados às realidades específicas desses grupos. Assim, apesar das distinções conceituais, a Pedagogia e a Pedagogia Social/Educação Social reúnem a mesma essência: ambas têm a educação como princípio orientador.

O campo de atuação do/a pedagogo/a tem se expandido, sendo essencial tanto na escola quanto em espaços de educação não formais. No entanto, ainda existe uma lacuna na formação acadêmica, levando muitos formandos/as a desconhecem as diversas possibilidades de atuação na Pedagogia. Tradicionalmente, a docência e a gestão educacional nas escolas são as áreas mais procuradas, o que acaba por reforçar uma visão restrita sobre o exercício da profissão.

A Pedagogia Social pode ser entendida como uma interface da Pedagogia, pois ambas permitem que o conhecimento possa ser construído em diferentes espaços e contextos. A educação acontece na escola, mas também em casa, na igreja, na comunidade e até nas ruas. Essa multiplicidade de cenários educativos evidencia o papel do/a pedagogo/a, transcendendo os limites tradicionais da sala de aula, essencial para a democratização do acesso ao conhecimento e para a promoção da inclusão social.

Para Freire (1967), a educação deve ser um instrumento de libertação, permitindo que as pessoas oprimidas tomem consciência de sua realidade e se tornem agentes de transformação. Nesse contexto, a/o pedagoga/o social desempenha um papel fundamental ao mediar processos educativos que promovam autonomia, criticidade e inclusão. Sua atuação vai além da transmissão de conhecimento, buscando proporcionar experiências que ressignifiquem a vida dos/as educandos/as e rompam com ciclos de exclusão social. Ao trabalhar em espaços não formais, como comunidades, instituições de acolhimento e projetos sociais, esse profissional contribui diretamente para o

fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para Libâneo (2006), a Pedagogia é a ciência que tem a prática social da educação como seu objeto de estudo e intervenção. Embora a docência seja uma das suas principais atividades, a Pedagogia abrange também outras formas de educar, refletindo a diversidade de espaços e situações em que o conhecimento pode ser construído. Isso significa que o/a pedagogo/a não está restrito às fronteiras da escola formal; pelo contrário, sua prática pode se estender a diversas instâncias sociais, onde a educação é necessária para promover transformação e inclusão. Assim, é imperativo que a formação acadêmica da/o pedagoga inclua essas perspectivas ampliadas, preparando-o para atuar em diferentes cenários educativos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a Pedagogia Social representa a construção de uma prática educacional não formal, que se dedica ao desenvolvimento das relações interpessoais e à inclusão de população em situação de vulnerabilidade social. Sua atuação vai além do ambiente escolar, sendo essencial para promover o acesso ao conhecimento e à informação científica, especialmente para aqueles/as que têm dificuldade em acessar a educação formal.

A pedagogia social, portanto, constitui uma teoria educacional não reduzida às tendências escolares e preocupada com a formação do ser humano em suas múltiplas relações sociais. Pedagogia essa que deve possibilitar a integração entre os saberes e as práticas cotidianas das populações socialmente excluídas com o saber científico, ao pautar uma educação inclusiva e para a diversidade cultural, que seja política e eticamente engajada com as problemáticas sociais dessas populações (Mota Neto; Oliveira, 2018, p. 25).

Contudo, para ser eficaz, essa prática precisa ser cuidadosamente planejada, com objetivos bem definidos, que permitam atingir uma população menos favorecida e, ao mesmo tempo, mitigar a exclusão educacional. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos/as docentes na elaboração de estratégias pedagógicas em espaços não escolares, onde o público é diverso e carrega experiências específicas, a formação do/a pedagogo/a social precisa ser referenciada e orientada. Ele/ela deve ser preparado/a para lidar com as

particularidades desse campo de atuação, onde as necessidades e os desafios são complexos.

A Pedagogia Social, portanto, configura-se como uma ferramenta vital para a democratização do ensino, garantindo que a educação seja acessível a todos, independentemente das barreiras geográficas, culturais ou sociais. Assim, reiteramos o que a Constituição Federal de 1988 diz no artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, n.p).

A educação é um direito universal, que deve ser garantido a todos/as, seja dentro de uma sala de aula ou em outros espaços. Todos/as devem ter acesso a um ensino de qualidade, que contribua não só para a aprendizagem acadêmica, mas também para a formação cidadã. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1996), em seu artigo 5º, fornece a orientação necessária aos cidadãos sobre seus direitos:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). § 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). I - Recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). II - Fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (Brasil, 1996).

A LDB reforça o que a Constituição Federal de 1988 menciona. A educação é um direito de todos, é dever do Estado e da família conduzir as crianças e adolescentes ao processo de aprendizagem. Essa preocupação em fornecer uma educação de qualidade não se restringe a um grupo específico ou uma faixa etária, mas sim ao público em geral. O projeto de Lei nº 5.346/2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, consagra a profissão e formação de Educador e Educadora Social nos diferentes campos de atuação. Assim, o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Educação Social é a profissão do educador social, pedagogo social e de profissionais com formação específica em Pedagogia Social, nos termos desta Lei.

Art. 2º A Educação Social possui caráter sociocultural, socio pedagógico e sociopolítico e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 3º Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício da atividade.

Art. 4º São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados fora do âmbito escolar, as atuações que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidade remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade;

IX - a promoção da educação ambiental;

X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2009, n.p).

Essa legislação reforça o modo como o/a Educador/a social pode se inserir no universo das relações sociais mais amplas, esboçando seu anseio pela transformação. Através de sua capacidade criativa, ele/a poderá ajudar as pessoas a compreenderem sua força emancipadora em meio a uma realidade social desafiadora. É nítido o papel construtor do/a pedagogo/a no âmbito social e fica evidente a necessidade do seu trabalho para a formação cidadã.

Desvendando Vozes: Análises das Respostas e Perspectivas da Pedagogia Social

A pesquisa foi realizada no município de Codó, no interior do Maranhão, e incluiu um pedagogo/coordenador pedagógico e duas pedagogas. Para preservar a identidade dos/as colaboradores/as, foram utilizados nomes fictícios: o professor Carlos – que atua em uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), a professora Helena – que trabalha no em uma Casa de Idosos/as, e, por

fim, a professora Renata – que exerce suas atividades na Ong PLAN Internacional.

Perguntamos: “Quais as funções da/o pedagoga/o nesta instituição?” O Prof. Carlos relatou:

Uma das funções do pedagogo aqui na Unidade Prisional é dar condições para os detentos em relação ao seu desenvolvimento pessoal e educacional, tais como: leitura de livros que prevê a remissão de pena para estudo e por ressocialização (Carlos, 3 de junho de 2024).

Com base na resposta do pedagogo, observa-se que a prática pedagógica na UPR é voltada para garantir o aprendizado e o crescimento dos detentos, tendo como um de seus principais focos a remissão de pena por meio da leitura. Nesse contexto, busca-se proporcionar aos encarcerados a oportunidade de reduzir parte de sua pena por meio da leitura mensal de obras literárias, clássicas, científicas, filosóficas ou didáticas, previamente solicitadas pela Comissão de Remição. Cabe ressaltar que o estado do Paraná foi pioneiro na implementação da remissão de pena por estudo, em conformidade com a Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Nessa perspectiva, para Santos; Serra; Morais (2023, p.8):

Em relação à leitura literária no cárcere, que se caracteriza pela educação não formal, é um projeto que objetiva possibilitar práticas de letramento e possibilidades de reintegração ao convívio social, levando o indivíduo a reflexões complexas sobre a vida, o eu e o outro.

A presença de livros em unidades prisionais é fundamental, não apenas como forma de entretenimento, mas como um poderoso instrumento de transformação de mentes, vidas e famílias. É essencial que o poder público, a sociedade e os próprios detentos reconheçam a leitura como uma oportunidade real de mudança. Mais do que um passatempo, os livros estimulam o pensamento crítico, ampliam a compreensão sobre a complexidade do mundo e reforçam o impacto que uma boa obra pode ter na vida de uma pessoa em contextos de privação de liberdade.

Diante disso, é necessária uma escolha criteriosa das obras que serão lidas pelos detentos, ou seja, livros que tragam relevância ao indivíduo, não pode ser qualquer livro. Outrossim, Cândido (1995) relata que a literatura é

indispensável ao processo de humanização. Ela atua no subconsciente, desenvolvendo nossa capacidade intelectual e potencializando nosso senso crítico. Em relação ao trabalho desenvolvido com os detentos dentro da sala de aula, o Prof. Carlos destaca:

Trabalhamos da melhor maneira possível, pautado na lei. A única coisa que tiramos dos detentos, é a liberdade. Em nossas aulas utilizamos vários recursos para o melhor aprendizado dos alunos, tais como: livros didáticos, datashow e palestras (Carlos, em 3 de junho de 2024).

Fica evidente o comprometimento do professor em sala de aula, utilizando de forma didática os recursos disponíveis para fortalecer o aprendizado dos estudantes. Além de oferecer suporte e incentivo, ele estimula os detentos a estudar, tanto para seu crescimento pessoal quanto para a remissão de pena. Essa iniciativa representa uma oportunidade valiosa para que, ao deixarem o sistema prisional, possam estar mais preparados para a reintegração social e a construção de novos caminhos para suas vidas. Sobre as atribuições do/a pedagogo/a dentro da unidade de ressocialização, Oliveira (2019, p.185) enfatiza:

Os pedagogos que atuam nas unidades penais trazem consigo um referencial traduzido pelas suas experiências na docência, na coordenação, na gestão, no cotidiano, na prática do exercício profissional. No trabalho desenvolvido com os sujeitos privados de liberdade aprendem sobre a educação prisional, suas características e possibilidades, bem como a relação entre a legislação penal e a educacional.

É necessário, pois, atualizar as práticas pedagógicas, utilizando recursos para melhor atender o público que está em privação de liberdade. O objetivo é que os detentos tenham o direito de estudar e fazer uma escolha profissional que os leve à reintegração social.

Nesse sentido, perguntamos ao professor Carlos sobre a importância de haver pedagogos atuando em instituições não escolares. Ele ponderou que: “É importante, pois a educação é para todos e estamos aqui para motivá-los a estudar” (Carlos, em 3 de junho de 2024).

Carlos, em sua resposta, destaca a importância da atuação de pedagogos/as fora do ambiente escolar, especialmente dentro das Unidades Prisionais. Gohn (2016) ressalta que a atuação do/a Educador/a social ocorre

em uma relação de “mão dupla”, ou seja, ele ensina e, ao mesmo tempo, aprende. Seu principal instrumento é o diálogo, e por meio dele, contribui para a construção de espaços de cidadania no contexto em que atua.

Nessa mesma perspectiva, Godinho; Julião (2022) enfatizam que a leitura nas prisões possibilita um contato simbólico com o mundo exterior, fortalece laços afetivos que podem ser fragilizados pelo isolamento e permite que o indivíduo acompanhe sua situação jurídica, auxiliando nas projeções de seu futuro pós-encarceramento. Assim, o/a professor/a que conduz esse trabalho assume um papel fundamental na mediação das experiências dos detentos, ajudando-os a traçar novos caminhos por meio do acesso à informação, do debate e da valorização do aprendizado, proporcionando-lhes a oportunidade de se tornarem sujeitos a si mesmos.

Por último, foi perguntado sobre os principais desafios que o/a pedagogo/a enfrenta com relação a aplicabilidade das atividades e qual foi o episódio mais marcante na Unidade Prisional. Ele respondeu:

Um dos desafios é que por ser um sistema prisional, há muitas limitações, é muito restrito. E sobre um episódio marcante, acredito que foi presenciar um detento que não era alfabetizado, mas ao frequentar as aulas, ele conseguiu uma evolução significativa (Carlos, em 3 de junho de 2024).

O trabalho desenvolvido dentro da Unidade Prisional, pode ser considerado como sólido e eficaz, visto que, esse projeto em especial, obteve muitos resultados positivos de acordo com o que foi observado. Portanto, esse trabalho visa alcançar vidas através da educação, promovendo a inclusão social, e é muito significativo quando há uma metamorfose pessoal, trazendo emancipação intrapessoal. Porém, ele ressalta que não é fácil o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas, por se tratar de um local restrito, onde há muitas limitações.

Quando nos dirigimos à Plan Internacional, questionamos a pedagoga Renata: Quais funções você exerce dentro da PLAN Internacional? Ela informou: “Sou educadora social. Atuo desenvolvendo atividades sociais educativas nas comunidades” (Renata, em 12 de junho de 2024).

De acordo com a resposta dada pela pedagoga Renata, um dos campos que o/a docente pode atuar, é nas comunidades, tratando-se da PLAN que é

uma ONG, que está a serviço da população, desenvolvendo projetos educativos, alcançando meninas e mulheres. Gohn (2016, p. 61) enfatiza:

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, por meio de organizações sociais, movimentos, programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das Organizações Não governamentais (ONGs) nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, da educação e da cultura.

Pensando nisso, o caráter paliativo do trabalho desenvolvido pelas (ONGs), é de atuar no apoio às necessidades de crianças e adolescentes que estão em contextos adversos, promovendo assistência social e gerando mudanças positivas nas comunidades.

A segunda pergunta foi: como é o trabalho desenvolvido nas comunidades do município de Codó/MA? Ela afirmou: “Trabalho com oficinas temáticas sobre empreendedorismo e empregabilidade” (Renata, em 12 de junho de 2024). Para Gohn (2016 p. 63), as ONGs podem ser consideradas como “um grande celeiro das práticas de educação não formal na atualidade, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais, com grupos socioeconômicos em situação de vulnerabilidade”.

Logo após, perguntamos, qual a importância de haver pedagogos/as atuando em instituições não escolares? A mesma respondeu: “É muito importante, pois desenvolvemos atividades educativas e estratégias de trabalho” (Renata, em 12 de junho de 2024).

Para reforçar a ideia da professora Renata em relação a sua resposta, Gohn (2016, p. 68) destaca que:

O Educador Social que participa de projetos sociais em uma comunidade, voltado para uma proposta socioeducativa, participa do processo de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com saberes novos que se incorporam.

Em síntese, o papel desses profissionais em campos não escolares, é de suma importância, pois os projetos sociais elaborados, os recursos utilizados em suas aulas e a didática escolhida, são pensados para melhor atender o público-

alvo. Por último, foi perguntado a ela, quais os principais desafios que enfrenta no que tange ao desenvolvimento das atividades com suas estudantes, e qual episódio mais a marcou trabalhando nesta instituição?

Um dos desafios é que os lugares disponibilizados pela comunidade, não possuem muito conforto. A instituição disponibiliza suportes para que tenhamos um leque de materiais pedagógicos diversificados, o transporte é seguro, sempre são ofertados lanches após cada oficina e ação realizada (Renata, em 12 de junho de 2024).

Ao analisar as respostas da pedagoga Renata, torna-se evidente seu envolvimento e dedicação ao trabalho que realiza. Seu compromisso se manifesta na criação e implementação de projetos sociais, com foco no empreendedorismo e na capacitação para o mercado de trabalho. Essa iniciativa é apenas um dos diversos projetos promovidos pela PLAN Internacional, promovendo a inclusão e a autonomia dessas pessoas assistidas pela ONG.

Entretanto, a pedagoga levanta um desafio recorrente: a falta de espaços adequados dentro das comunidades para a realização dessas atividades. Essa limitação compromete o alcance e a efetividade dos projetos, dificultando o acesso de muitas pessoas às oportunidades de transformação social.

Em consonância com essa perspectiva, as reflexões da pedagoga reforçam a urgência de expandir conceitos e adotar novas estratégias para suprir lacunas deixadas pela escola tradicional. A educação promovida por pedagogos/as fora do ambiente escolar formal em comunidades, instituições públicas, regiões rurais, comunidades quilombolas e outros contextos, desempenha um papel essencial na construção de alternativas educacionais mais inclusivas e acessíveis. Isso nos convida a recompensar práticas pedagógicas e investir em iniciativas que realmente dialoguem com as necessidades da população.

No terceiro *lôcus* de nossa investigação, perguntamos à pedagoga Helena: Quais são as funções que você exerce na Casa de Idosos como pedagoga social? Ela respondeu: “A *principal função é entreter, socializar e aprender, além disso levando em consideração os limites de cada um e conhecer um pouco da vivência deles*” (Helena, em 21 de junho de 2024).

Discutir o direito à educação em contextos que envolvem idosos/as, como os/as moradores/as da Casa São Pio, exige a construção de uma pedagogia

inclusiva e adaptada às suas necessidades. Esse processo apresenta desafios significativos, pois muitos/as idosos/as enfrentam dificuldades como a perda de memória e a limitação da coordenação motora fina. No entanto, a professora Helena, que atua nesse ambiente, desenvolve atividades lúdicas que contemplam a todos/as, utilizando estratégias de terapia ocupacional, especialmente por meio da pintura e outras práticas criativas.

Essas atividades estimulam habilidades motoras e cognitivas e também promovem bem-estar emocional e social. A maioria dos/as idosos/as participa com paixão, encontrando na interação um meio de fortalecer as relações interpessoais, elevar a autoestima e sentir satisfação pelo que realiza. Zimerman (2000) destaca que, ao se envolverem nessas práticas, os/as idosos/as vivenciam uma troca contínua de afeto, carinho, ideias e sentimentos. Além disso, a ludicidade desempenha um papel fundamental na estimulação do pensamento e, sobretudo, no processo contínuo de aprendizagem, reafirmando que a educação pode e deve ser um direito acessível em todas as fases da vida.

Perguntamos a ela como é o trabalho desenvolvido com os idosos neste espaço? A professora, prontamente respondeu:

As atividades são pensadas de forma inclusiva, porque nem todos passaram pela educação infantil, a maioria das atividades é para o desenvolvimento da coordenação motora fina, relacionadas à memória e psicomotricidade (Helena, em 21 de junho de 2024).

As atividades são articuladas de maneira lúdica. Esse método de aprendizado inclui vários gêneros de atividades, entre eles, jogos e brincadeiras, visando estimular a cognição dos idosos. De acordo com Zimerman (2000), com a estimulação, tudo revive; a mente para; os afetos anestesiados e os/as amigos/as esquecidos/as. Dessa forma, é fundamental criar um ambiente que favoreça o presente, propiciando-lhe momentos de lazer, ajudando-os a manter e a resgatar a capacidade física, mental e social dos idosos.

A terceira pergunta destinada a Helena foi: na sua opinião, qual a importância de haver pedagogos/as trabalhando em instituições não escolares? Ela afirmou que: “A atuação do pedagogo nestes espaços é fundamental devido à necessidade pedagógica dos idosos, principalmente relacionado à memória e psicomotricidade” (Helena, em 21 de junho de 2024).

Para Accorssi; Schwengber; Frey (2019), o/a Educador/a social é agente de transformação, quando engajado pela causa, compromete e impulsiona os/as educandos/as a sair do estado de impotência e a buscar novas perspectivas de vida. É detentor de saberes específicos, distintos dos saberes dos/as estudantes, sem que isso signifique atribuir aos saberes dos/as educadores/as, maior ou menor valor, mas, aceitar que são saberes próprios da experiência de cada educador/a. Saberes que, em encontros dialógicos, irão se ressignificar, se reinventar.

Ainda sobre a educação não formal em instituições públicas, Trilla Bernet (2008, p.19) sublinha:

O crescente aumento de demandas que se refere a educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais convencionais, incluindo (adultos, idosos, mulheres, minorias étnicas, entre outros.) As transformações no mundo do trabalho, obrigam a operacionalizar novas formas de capacitação profissional, reciclagem e formação continuada e recolocação profissional.

Por fim, perguntamos: Quais os principais desafios que você enfrenta no que se refere ao desenvolvimento das atividades com os idosos, e qual episódio mais te marcou trabalhando na Casa São Pio? Ela descreveu:

Então, trabalhar com os idosos é importante para mostrar empatia, se eles não estabelecerem vínculos com as pessoas, eles não ficam nas atividades. O que mais me marca é saber que eles gostam das atividades, não aceitam outra pessoa desenvolver esse trabalho, saber que eles têm esse vínculo por mim, me marca muito (Helena, em 21 de junho de 2024).

A análise das respostas da pedagoga Helena revela que o trabalho desenvolvido na Casa de Idosos é sólido e estruturado, centrado em atividades lúdicas que estimulam a memória e a psicomotricidade. Essas práticas funcionam como uma forma de terapia educacional, especialmente para aqueles/as que enfrentam desafios como a perda de memória e a diminuição da força nas mãos. Durante a conversa, a professora destacou que planeja suas atividades, considerando dados importantes para os/as idosos/as, criando momentos de reflexão e conexão com suas vivências. Esse processo transcende o aspecto lúdico, incorporando empatia e diálogo como elementos essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar dos/as participantes.

Carvalho (2004) enfatiza que a velhice é um direito inato que deve ser garantido, respeitado e vivenciado de forma digna, sem ser encarado como um peso para a sociedade. Sob essa perspectiva, a Casa São Pio desempenha um papel fundamental para proporcionar à pessoa idosa desamparada um espaço de acolhimento e cidadania ativa. Em muitos casos, além da exclusão social, essas pessoas também enfrentam o afastamento familiar, tornando a instituição um suporte essencial para que possam exercer seus direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos sociais. Nesse contexto, a Casa São Pio, por meio da educação não formal, contribui para que as pessoas tenham acesso a esses direitos, promovendo um envelhecimento mais digno e participativo.

A Pedagogia Social como Agente de Mudança Social

Diante das transformações recentes nos paradigmas educacionais, a Pedagogia Social emerge como uma ciência inovadora capaz de oferecer novas abordagens para o ensino e a aprendizagem. Em um cenário global de rápidas mudanças sociais, essa vertente da Pedagogia ganha relevância ao abordar as necessidades educacionais das populações mais vulneráveis, expandindo os limites da educação tradicional e buscando alternativas que atendam a grupos excluídos do sistema escolar formal.

A pesquisa realizada corrobora com as ideias de Freire (1996), que defende que o ato de ensinar é um processo mútuo, onde quem ensina também aprende, e quem aprende também ensina. Essa visão reforça a importância do papel do/a pedagogo/a social, especialmente em contextos não escolares, na mediação do conhecimento e no fomento à liderança, permitindo que crianças, jovens, adultos e idosos se reencontrem, em diferentes momentos de suas vidas, novas oportunidades de aprendizagem, seja em escolas convencionais, seja em instituições fora do sistema formal escolar.

O/A educador/a social é aquele/a que compreende o ser humano em sua totalidade, levando em consideração suas experiências, cultura e valores. Nos três contextos investigados – Unidade Prisional, Casa de Idosos São Pio e PLAN Internacional – os/as educadores/as sociais desempenham um papel crucial,

oferecendo as ferramentas possíveis para que as pessoas possam transformar suas vidas e fazer novas escolhas, ressignificando sua trajetória pessoal.

Apesar dos avanços apresentados, ainda há áreas da sociedade que carecem de uma intervenção mais robusta da Pedagogia Social, como é o caso de algumas localidades na cidade de Codó/MA. Nessa região, a escassez de profissionais capacitados/as e a falta de recursos limitam a efetividade da educação social, dificultando o alcance de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso gera uma lacuna no atendimento educacional, especialmente em contextos periféricos e marginalizados, onde a educação formal muitas vezes não chega de maneira eficaz. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos/as pedagogos/as na elaboração de atividades pedagógicas que contemplam a formação integral dos saberes e as vivências dos/as estudantes são um desafio significativo.

A falta de uma formação adequada que permita uma adaptação flexível às necessidades individuais das pessoas assistidas e às especificidades dos espaços em que atuam exige a construção de práticas realmente inclusivas. Muitos/as pedagogos/as enfrentam obstáculos relacionados à escassez de materiais, ao pouco tempo disponível e às limitações de infraestrutura das instituições, o que torna ainda mais difícil criar atividades que reconheçam e valorizem os conhecimentos dos/as estudantes e suas experiências de vida. Esses fatores evidenciam a necessidade de políticas públicas mais eficazes que garantam a presença contínua da Pedagogia Social em todos os setores da sociedade, garantindo que a educação, em seus diversos formatos, atenda de maneira equitativa e inclusiva a todas as pessoas, independentemente de sua condição social.

A Pedagogia Social revela-se, portanto, como uma alternativa indispensável para a construção de uma educação mais inclusiva e transformadora. Sua aplicação, tanto teórica quanto prática, é fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de abraçar a diversidade e as especificidades de cada pessoa.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCHWENGBER, Daiana; FREY BAMBERG, Carla Luísa. Educadores sociais como agentes de transformação: reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre. Rio Grande do Sul. **Em Extensão**, v. 18, n. 2, 2019.

BARBOSA, Caio Magalhães et al. A pedagogia social e sua importância na luta pela democratização das oportunidades e no combate à exclusão social. **Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real**, v. 1, n. 1, p. 146-154, 2020.

BRASIL. **Constituição Federal. Brasília (DF), 1988.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 de jan. de 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 14 de dez. de 2024.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de lei n. 5346/2009**. A lei promulgada dispõe sobre a criação da profissional de educador e educadora social. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1602478&filename=Avulso%20PL%205346/2009. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

CABANAS, José Maria Quintana. Antecedentes históricos de la educación social. In: PETRUS, Antonio (Org.). **Pedagogía social**. Barcelona: Ariel, 1997.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogía social. **Diccionario de Ciencias de la Educación**. Madrid: Editorial CCS, p. 889-890, 2009.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito**. Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social, v. 2, 2011.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995.

CARVALHO, C. B. **Concepções e representações de envelhecimento e sujeito idoso: uma contribuição para o ensino mediante conhecimentos favoráveis à inserção social**. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de filosofia e ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2004.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à pedagogia-educação social. **Revista lusófona de Educação**, v. 7, n. 7, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Remição de pena pela leitura no Brasil**: o direito à educação em disputa. Paco e Littera, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, nº17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. In: Pimenta, S.G(Org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da pedagogia social**. 2015.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOTA NETO, J. C.; OLIVEIRA, I. A. D. E. Contribuições da educação popular à pedagogia social. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 21-35, set.-dez., 2018.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. A formação do pedagogo para atuar no sistema penitenciário. **Eccos Revista Científica**, n. 48, p. 175-197, 2019.

PEREIRA, Antônio. A educação no movimento nacional de meninos e meninas de rua MNMMR: a contribuição do projeto axé na legitimação da pedagogia social de rua. **Educação em revista**, Marília, v.12, n.2, 2011.

SANTOS, Rosangela Maria Silva Dos; SERRA, Luís Henrique; MORAIS, Joelson de Sousa. A Leitura De Obras Literárias No Cárcere: Narrativas de experiência profissional no projeto de leitura interativa para a remição de pena. **Revista pedagógica**, Chapecó, V.25, 2023.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de pesquisa**, v. 130, 2007.

SMITH, Mark; WHYTE, Bill. Social education and social pedagogy: reclaiming a Scottish tradition in social work. **European Journal of Social Work**, v. 11, n. 1, 2008.

TRILLA BERNET, Jaume. A educação não formal. In: ARANTE, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice: Aspectos Biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Submissão em: 27 de março de 2025

Aceite em: 13 de outubro de 2025

ⁱ **Ana Carolina Cruz Cardoso** – Universidade Federal do Maranhão -UFMA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia hospitalar; Linguagem e Comunicação em Língua Portuguesa.

E-mail: anajisooocruz@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3817898729459109>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2458-4434>

ⁱⁱ **Kelly Almeida de Oliveira** – Universidade Federal do Maranhão -UFMA

Graduada em Pedagogia pela UFMA, tem Mestrado em Cultura e Sociedade, também pela UFMA e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática pela REAMEC/UFMT (2022). Professora Adjunta do curso de Pedagogia da UFMA/Codó, é docente permanente no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UFMA/São Luís e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica - PPGEEB/UFMA/São Luís. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História e Educação de Mulheres - GEPHEM/UFMA/Campus Codó.

E-mail: ka.oliveira@ufma.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665636259576060>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9397-3607>

ⁱⁱⁱ **Jhonatan Wendell Tavares Ferreira** – Universidade de Pernambuco

Doutorando em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestre em Educação pela UFMA. Atua, como docente, no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), vinculado à UFMA. Licenciado em Ciências Biológicas e em Pedagogia. Especialista em EJA, em Tutoria em Educação a Distância e em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial.

E-mail: jhon_jhonys@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5782055032870161>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5754-7666>